

Aprender a conviver nas organizações escolares

Jair Militão da Silva¹

Resumo: O artigo trata a temática relações humanas e apresenta um caminho para uma boa convivência nas organizações escolares. No mundo acadêmico o problema da convivência humana vem sendo tratado com o título de relações humanas. O tema da convivência nas organizações escolares exige cada vez mais a atenção de todos que se dedicam à Educação.

Palavras Chave: Políticas Públicas de Educação. Administração Escolar.

Abstract: The article deals with the theme human relationships and presents a way for good relations inschool organizations. In academic world the theme problem of human society is being addressed with the human relations title. The theme of coexistence in school organizations demands the attention of all who are dedicated to Education.

Keywords: Public policies of education. School Administration. Human Relations. Coexistence in school organizations.

O presente artigo é um dos produtos da pesquisa que vem sendo desenvolvida pelo autor no campo da Administração Escolar, assim como de uma conferência dirigida a estudantes e docentes de pós-graduação em administração, sobre a temática, e buscou responder às demandas postas relativas à convivência nas organizações em geral e de modo especial nas escolares.

O tema da convivência nas organizações escolares exige cada vez mais, de forma dramática, a atenção de todos que se dedicam à Educação.

No mundo acadêmico o problema da convivência humana vem sendo tratado com o título de relações humanas.

É, geralmente, sob a égide dessa denominação que se oferecem aos gestores escolares o conhecimento disponível sobre o assunto.

Por isso, no presente artigo a abordagem do tema será feita sob dois enfoques: de um ponto de vista da didática do ensino de administração e de um ponto de vista do conteúdo da administração.

O tema Administração e Relações Humanas é muito antigo e, presentemente, vem sendo retomado, apresentando muitas vezes dificuldades de exposição e gerando muita polêmica.

A primeira coisa que deve ser colocada, é que quando se fala em relações humanas, tem-se presente a idéia da Escola de Relações Humanas. Não é bem sobre isso que vamos falar, mas, basicamente, refletiremos sobre o que é Relações Humanas do ponto de vista da administração e do ensino, e de como vem sendo feito o tratamento desse tema.

¹ Professor Associado da FEUSP – aposentado. Livre-docente pela Universidade de São Paulo. Pesquisa e publica na área de Administração Escolar e Educação Comunitária. Professor no Programa de Mestrado em Educação da Universidade Cidade de São Paulo. Acadêmico da Academia Paulista de Educação – Cadeira n.º 38.

Relações Humanas e Cientificismo

Desde o surgimento da Escola das Relações Humanas, e um pouco antes até, havia a idéia de que seria possível entender as relações humanas cientificamente; ou seja, a idéia de que existira uma ciência capaz de compreender como deve se dar o relacionamento humano. Por exemplo, a Psicologia tenta dizer como é que as pessoas devem se relacionar. Para isso ela tem uma visão do homem, do mundo e do que seja o relacionamento entre as pessoas.

A teoria da Dinâmica de Grupo afirma ter descoberto a maneira correta, adequada das pessoas se relacionarem. A Ética, entendida como moralidade, também dita regras de como as pessoas devem se relacionar.

Uma postura equivocada de cientificismo foi levando ao problema que vamos abordar. Como as pessoas devem se relacionar na escola, na empresa? A resposta a esta questão varia de um grau mais requintado a um grau menos requintado de explicação. Podemos até citar exemplos de pesquisas altamente científicas de como persuadir pessoas.

Essa idéia, a de descobrir cientificamente, como as pessoas deveriam se relacionar, levou a um cientificismo exagerado o tratamento das relações humanas e chegou ao esquecimento do sujeito que faz as relações humanas.

As pessoas começaram a ser vistas como objetos de análise. A abordagem psicológica, muitas vezes, tenta descobrir como é o aluno, como é o professor e com o decorrer do avanço do conhecimento científico, esquece que aquele aluno ou aquele professor é uma pessoa, e não um objeto de conhecimento apenas.

Vivemos no domínio cultural da idéia de que a ciência diz como devem ser as relações humanas. Não é verdade que a Psicologia erre sempre, e que também a Psiquiatria, a Didática, o Administrador e o Gerente errem sempre. Eles sabem muito bem como agem as pessoas, e como se deve tocar e mexer com elas.

O que a abordagem científica não capta é a totalidade da pessoa. Ela capta aspectos da pessoa, porque tal abordagem é analítica. As ciências fazem análise das pessoas, assim, como todas as teorias administrativas abordam sempre aspectos das pessoas. Entretanto, as pessoas são mais do que estas análises. Eles resistem a isso, fogem do controle e da previsão dos cientistas que tentam dizer como elas se comportam.

Na empresa, assim como na escola, o comportamento das pessoas não é tão previsível, como a ciência do comportamento gostaria que fosse. Aparecem coisas não previstas, comportamentos não esperados. Os comportamentos que não coincidem com a teoria são considerados como desviantes. Uma tentativa histórica do controle de desvio foi a teoria da Burocracia de Weber. Sua proposta foi a de tentar a previsibilidade do comportamento, através da despersonalização das pessoas. O que importa são as regras e os objetivos escritos que regem a relação entre as pessoas e não as pessoas.

Tudo isso significa uma tentativa de evitar que a totalidade da pessoa se expresse; de colocação de parâmetros para que as pessoas se manifestem ordenadamente.

Atualmente o problema do administrador das grandes empresas não é tanto o de controlar as pessoas, mas de controlar o espaço destinado às pessoas para tomarem decisões. Nesse espaço, normalmente, não cabe a pessoa toda. A tentativa de estudar as relações humanas de um modo científico, tal como vem sendo feito, significa um enclausuramento da complexidade da pessoa humana. Isto leva a uma alienação da pessoa no sentido de que esta não está globalmente presente naquilo que faz.

Hoje as empresas resolvem este problema com recompensas financeiras, materiais ou simbólicas.

O conflito entre a pessoa e a organização, por exemplo, soluciona-se sem que a pessoa como um todo seja levada em conta pela organização.

No caso da escola, por exemplo, os grandes problemas dos alunos não são tocados, como é o caso da opção profissional, afetiva, política, de valores, auto-imagem e outros. A burocracia gerou todos esses problemas.

Atualmente, as empresas tentam se desburocratizar, tendo em vista a rigidez que acabam tendo, o que as atrapalha no relacionamento com o ambiente.

A burocratização penetrou em todos os aspectos da vida cultural. Ela está presente na educação, ou seja, na relação escolar, tentando despersonalizar as relações, colocando de um lado o aluno, que como aluno, deve viver o papel de aluno e o professor vivendo o papel de professor. Se o aluno tem algum problema que o professor poderia ajudar, este prefere não interferir, porque isto não é competência do professor, ou então, se o professor tem algum problema, os alunos não devem levar em conta porque isto não é problema deles.

O mal que isto acarreta, evidentemente, segundo a visão do homem que tenhamos, é que esta relação não deixa expressar toda a potencialidade das pessoas.

No caso da escola, normalmente cai a motivação, as relações ficam áridas, sem significado, e as pessoas perdem o gosto de viver aquela relação, porque, alguns aspectos centrais da pessoa não levados em conta naquela situação. A pessoa tem de, como que mortificar um pedaço dela para poder viver aquela situação. Falar de Relações Humanas em Administração numa sociedade burocratizada supõe superar esta mesma burocratização.

Nas relações educacionais ocorre esta burocratização. O aluno tem que ter um desempenho prefixado implícito ou explícito. O professor não pode ser ele mesmo. É uma situação mais ou menos geral em toda a sociedade.

Como podemos pensar em superar esta burocratização que leva a relações humanas deterioradas?

Em busca da superação da burocracia

Existem duas maneiras erradas de tentar superar isto. A discussão destas formas equivocadas de solução, em ambientes radicalmente ideologizados, costuma gerar muita polêmica.

A tentativa básica é tornar a pessoa não objeto, mas sujeito.

Maslow admitia que a pessoa tem várias necessidades hierarquizadas; satisfeita uma aparece outra. Para fazer com que a pessoa seja ela mesma, devemos atender suas necessidades. A necessidade básica é a criativa, de realização, de poder propor o ambiente.

Isto é a vontade de ser sujeito, de não ser objeto só, se bem que, querer ser objeto esteja muito presente, patologicamente, nas organizações. Existem pessoas que preferem ser dirigidas, ao invés de assumir iniciativas. Isto é uma patologia.

Normalmente, a pessoa sadia gostaria, afirma Vitor Frank, de mostrar como ela é, construtivamente.

O desejo de ser sujeito é verdadeiro, mas lidar com isso não tem sido fácil nas organizações.

A uma determinada maneira de lidar tenho chamado equívoco classista. É a idéia de que o sujeito seja a classe social.

É uma forma que veio sendo proposta mais no âmbito do pensamento marxista, que em muitos países desta orientação já foi superada há alguns anos e que no Brasil está começando a ser. Basta a pessoa tomar consciência da classe a que pertença para que ela se torne sujeito; basta o operário saber que ele é da classe proletária, que, automaticamente, vai ter um comportamento adequado a esta consciência de classe; historicamente, vê-se que isto não tem sido verdadeiro, porque ao lado do operário que luta no sindicato existe aquele que é contra o próprio colega. Temos o pelego e o sindicalista engajado, e os dois fazendo parte da mesma classe objetiva.

Não basta a objetividade de pertencer a esta classe, ou aquela, para automaticamente ganhar a consciência. A idéia da teoria sociológica econômica que entrou entre nós aqui, mecanicistamente, é de que basta pertencer a determinada classe para que a respectiva consciência de classe venha. Isto está sendo superado, porque se percebe que há necessidade de mais coisas para que a pessoa se torne sujeito. Não basta eu não ter os meios de produção, para que eu tenha consciência, ou, por outro lado, não basta o outro ter os meios de produção, para também ter consciência da classe à qual pertence. Por exemplo, se falarmos “o professorado brasileiro” como uma entidade unívoca, basta lembrar que só na área do ensino oficial, temos pelo menos quatro associações ligadas ao professorado brasileiro com características distintas umas das outras. Então, quando se fala “professorado”, é um equívoco julgar que todos aqueles que sejam professores, só por essa condição, tenham a mesma consciência.

Historicamente, essa posição simplista e mecanicista, vem se mostrando equivocada. Esta crítica vem sendo feita até pelos próprios teóricos marxistas.

Outro equívoco, que é também muito dominante, é a idéia de que a pessoa se torna sujeito individualmente.

Desta perspectiva surge a idéia dos “grandes homens”, muito presente na nossa cultura.

“Se alguém era massa agora tem que ser sujeito, mas vai ser sujeito individualmente”. A idéia de que a pessoa se faz por si mesma, a idéia de que se transforma, da noite para o dia, num grande homem, é uma idéia equivocada. Continuamente ouvimos dizer que está faltando um homem para resolver o problema do país, ou da escola.

Nesta idéia é mais difícil de se discutir e mostrar o equívoco, porque ela está muito presente em nossas cabeças. Parte-se do princípio de que a pessoa é uma coisa boa, como alguém autônomo, com liberdade, mas, esta pessoa se transforma num indivíduo.

Porém, o que é um indivíduo? É quem esquece que só se constitui pessoa junto com os outros. Passa-se a imaginar que seja possível à pessoa pensar sozinha. Se ficássemos retirados, durante muito tempo, de qualquer contato, até nosso comportamento se modificaria.

Mesmo para a sobrevivência física necessitamos uns dos outros, e a história que parece para adolescentes, de que alguém faz o pão que se come, mas antes dele chegar à mesa houve muito trabalho (sementeira e corte do trigo, transformação industrial, etc.) é verdadeira. Portanto, não dá para se pensar em viver isoladamente, visto que o maior castigo que se pode dar ao encarcerado, é a solidão na solitária. Ele tem medo de ficar sozinho, porque perde a possibilidade de referência. É da constituição humana a necessidade de relações sociais.

O problema do sujeito nas relações humanas

A pessoa se torna sujeito coletivamente, no sentido comunitário e concreto da palavra. Ela se torna sujeito com outras pessoas. Se a tentativa é individual, ela será absorvida pela organização ou pela sociedade de massas. Aqueles que conseguem ter influência social aparentemente individualista, na verdade fazem parte de um grupo.

É o grupo que ajuda a pessoa a constituir-se como sujeito. Estes sujeitos podem ser culturais ou corporativos. São grupos de pessoas que se reconhecem como pertencentes umas às outras, de tal modo que a pessoa fala: eu sou de tal grupo, de tal lugar. É uma identidade que lembra a *Pirâmide das Necessidades* de Maslow, onde a pessoa precisa pertencer a alguma coisa. O grande problema é a pessoa não pertencer, tanto que o castigo maior, em termos de grandes religiões é a excomunhão; em termos de nações, o expatriamento; é a pessoa sentir-se excluída.

A exclusão é uma penalidade, porque a pessoa sentir-se-á não pertencente ao grupo. Nesse sentido, esses sujeitos culturais ou corporativos, são grupos onde a pessoa se sente pertencente, se reconhece tendo mais ou menos a mesma história, a mesma perspectiva de vida, uma proposta de mundo, de sociedade explícita ou implícita.

Esses grupos têm uma característica importante, que é o que faz com que as pessoas sejam sujeitos, com a capacidade de julgar a realidade, de emitir um juízo diante dela. É muito difícil a pessoa poder chegar a este ponto de dizer “eu gosto”, “eu não gosto”, “eu concordo”, “eu não concordo”.

Ser sujeito nas organizações concretas não é fácil. A característica do sujeito é emitir um juízo sobre a realidade. Quando ele julga a realidade, quando ele compara o que está acontecendo com uma identidade que é dele, ele está sendo sujeito.

Quando a pessoa não consegue ser sujeito ela não julga, ela só absorve o julgamento que o outro faz. Portanto, uma característica do sujeito cultural ou corporativo é a capacidade de julgamento.

Qual a diferença entre um e outro?

O sujeito corporativo julga a realidade visando mais o interesse próprio, não se preocupando com o interesse do outro.

O sujeito cultural é aquele tipo de agrupamento humano capaz de fazer julgamento de tal maneira que o que é considerado bom para ele, é também para os outros. O que ele propõe pode ser universalizado, por isso, é cultural.

Uma sociedade composta de sujeitos culturais, necessariamente, tem que se basear no diálogo, na democratização das relações.

Uma escola ou empresa organizada com base em sujeitos culturais tem outra estrutura hierárquica, outra relação de funcionamento. O sujeito cultural, ao entrar em contato com a realidade, vai encontrar outro sujeito. Decorre daí o debate cultural e, “vence” aquele que consegue explicitar e justificar melhor as necessidades humanas mais generalizadas.

As empresas mais avançadas têm grupos de pesquisa atuando sobre essa dinâmica humana. Através de estudos, chegaram à conclusão de que não é a classe que move, não é o sujeito individualmente, mas são os grupos.

Estudando esses grupos, descobriram que a chave para sua compreensão é a cultura, ou seja, o significado atribuído às coisas. A grande descoberta é que não existe um significado único, baseado na classe a que alguém pertença, no seu poder econômico ou no seu status. Existem significados diferentes que constituem o aspecto cultural. Essa diferença de significados é que dá solidez às pessoas e aos grupos.

O que constitui as pessoas é o sentido da vida que, sendo forte, faz com que as pessoas dêem a vida por ele.

Em algumas teorias filosóficas e psicológicas, o valor máximo é o sentido da vida, também chamado supremo bem. É o sentido de totalidade que une a vida das pessoas.

A sociedade burocrática não consegue unir a pessoa, mas compartimenta para que viva papéis. Isso pode levar à esquizofrenia, problema das personalidades múltiplas. Quando a pessoa tem um sentido unitário para a vida global, ela resiste a essa compartimentação.

Não é fácil chegar a esse sentido global porque a sociedade, normalmente, não ajuda. A pessoa vai chegar a isso se conviver num grupo que seja sujeito cultural.

As empresas perceberam que muitas pessoas já tentavam viver isso; manipulando esse significado global, as empresas se colocam como sendo o sentido da vida da pessoa. Se ela trai a empresa, está traindo quem dá a vida por ela. Isso gera uma porção de problemas. Para a pessoa se humanizar, precisa viver os grupos culturais e ter esse sentido de vida. As relações humanas se processam quando se constituem esses sujeitos.

Na situação de sala de aula, quando se favorece a existência da expressão desses sujeitos, é que se processam as verdadeiras relações humanas. Dessa forma, as pessoas se constituem mais em sujeitos do que em objetos.

A idéia de totalidade pode ser entendida como a soma das partes, como no caso da teoria Sistêmica, no sentido oriental ou no sentido dialético. Há um modo que serve para conseguir totalidade pelo significado que a pessoa dá às coisas: unir toda a vida ao significado que se possa atribuir à realidade.

Os conceitos básicos nesta posição são o de pessoa e o de cultura. Assim, todos os autores que trabalham com estes conceitos, são importantes.

O problema é recuperar a idéia de que cada um de nós precisa dar significado às coisas, já que isto foi perdido na medida em que se propagou a idéia da existência de um significado único dado pela ciência.

Escola e realidade social

Uma colocação, de fundamental importância, é aquela que diz respeito às relações entre escola e sociedade. Reside aqui grande parte da resistência à idéia de participação encontrada em nossas escolas. Seja como resistência à participação dos alunos por parte dos professores, especialistas ou funcionários; seja por parte dos alunos e dos pais como um não acreditar na necessidade ou utilidade da participação, o que está em jogo, em última análise, é a pergunta: adianta participar? Ou, em outras palavras: A escola tem poder de influir na realidade para mudar alguma coisa?

Apesar de fazer parte já há algum tempo do universo discursivo dos profissionais de educação, termos tais como: reprodução, progressista, neutralidade, para designar posturas teóricas que afirmam, ora que a escola apenas reproduz uma dada estrutura social nada podendo fazer para modificá-la, ora afirmam ser a escola uma instância neutra da sociedade, não tendo peso no sentido de manter ou transformar a realidade social, ora, ainda, vendo a escola como lugar de luta, de vida, no qual se desenrola uma ação que tanto pode caminhar num sentido de mudança ou num sentido de permanência, o peso do cotidiano escolar, na maioria das vezes, exerce uma forte pressão na direção da criação de uma percepção de que nada vai mudar, de que nada muda.

Torna-se necessário, a este ponto, perguntar-se: o quê é a realidade? Qual é a dinâmica que permite à realidade social manter-se ou transformar-se?

Sem que se enverede por profundas considerações de ordem epistemológica, mas visando tão somente a busca de um adequado equacionamento do problema aqui considerado – participação estudantil – pode-se afirmar, sem leviandade teórica, que a realidade são as coisas, as pessoas, a materialidade objetiva com a qual o homem defronta-se diariamente e o significado que as pessoas atribuem a si mesmas, às coisas, ao relacionamento que têm entre si e com as coisas.

Isso significa afirmar que a realidade apresenta duas dimensões, que se completam, mas que apresentam relativa autonomia uma em relação à outra: uma dimensão objetiva (coisas, pessoas, estruturas) e uma dimensão subjetiva (significado, sistemas).

Realidade, Cultura e Identidade Cultural

Um conceito de grande valor hermenêutico para o tratamento de ambas as dimensões é o de cultura, entendida como o modo de produzir a vida e os significados (valores, práticas, produtos etc.). Para a compreensão de uma dada cultura o exame de temas básicos, tais como: nascimento, procriação, morte, trabalho, é tarefa prioritária.

A cultura, tal como aqui se entende, produz uma personalidade, gera uma identidade cultural que condiciona o “eu” pessoal e coletivo. Os limites da ação do “eu” são dados pelas condições objetivas e igualmente pelas condições subjetivas.

Desde um nível, ao qual se poderia chamar macro, tal como é o caso do fenômeno do colonialismo, no qual a dominação que se inicia pela força armada completa-se quando a identidade do colonizado incorpora a figura do dominador com algo positivo, até o nível micro, observável no cotidiano da escola, quando os alunos não entram na sala dos professores ou da direção por não se considerarem dignos... pode-se perceber o peso efetivo que existe da identidade que uma pessoa ou grupo assume para o seu agir e para o seu modo de ser, de pensar, de entender o mundo. Afirmações tais como: não adianta, nada vai mudar; quem sou eu para pensar em mudar alguma coisa etc. são bem mostras da identidade cultural assumida e condicionando, no caso negativamente, a possibilidade de atuação da pessoa.

A escola, ao nível concreto da unidade, participa do “esforço coletivo pela transmissão da cultura”, ou seja, no processo de divisão social do trabalho entre as instituições sociais numa sociedade organizada tal como a nossa, compete à escola, independentemente da vontade individual de seus integrantes, a tarefa de lutar por um dado significado, formar uma dada “mentalidade”. Ao lado dos meios de comunicação social, da família, quando esta existe, dos clubes, das igrejas, etc., a escola contribui para a formação de uma dada identidade cultural.

O instrumento privilegiado utilizado pela escola para o desempenho de sua missão tem sido o currículo, em sua dimensão explícita ou implícita (oculta). Mediante a fixação de conteúdos, de formas e de juízos de valor, a organização curricular, desenvolvida na concreta instituição escolar, tem, portanto, real incidência na vida de crianças e jovens, igualmente concretos e participantes da realidade social.

Aqueles que trabalham na escola não podem, portanto, dizer: estamos na escola apenas para passar o tempo, de vez que ela – escola – nada tem a ver com a realidade social que a cerca. Trata-se, antes, de perguntar-se sobre os rumos da prática escolar e sua conexão com as práticas sociais gerais ocorrentes na sociedade como um todo; trata-se de perguntar-se sobre a que projeto de sociedade e a que identidade cultural serve o trabalho que cotidianamente, dia após dia, ocorre na escola.

Portanto, pensar a participação estudantil nas escolas de Educação Básica é também pensar a direção, o rumo das práticas escolares concretas desenvolvidas na unidade escolar, Que “personalidade” busca-se formar? Participativa? Alienada? Totalitária? Democrática? Prestadora de serviço? Manipuladora? Embora, certamente, ao nível do discurso, seja fácil a elaboração de uma resposta “certa”, é ao nível de práticas concretas que se encontra a resposta verdadeira...

Porque formar para a participação

Sem recorrer a argumentos de natureza filosófica, ética ou religiosa, pode-se pedir aos trabalhadores em educação que meditem ao menos naquilo que se pode chamar “efeito bumerangue”, ou seja: contribuimos para a formação de pessoas com as quais iremos com grande possibilidade, conviver. Queremos conviver com pessoas tolerantes, abertas ao diálogo, que buscam a justiça, ou queremos conviver com pessoas intolerantes, que aprenderam a não valorizar a vida humana, nem a sua nem a dos outros... Assim, ao menos por um sadio “egoísmo”, a meta deve ser buscar formar pessoas com uma identidade favorável ao convívio humano.

Formar, ou mais precisamente, lutar para formar (de vez que concorrem com a escola outras “agências” formadoras) personalidades mais democráticas supõe, e mesmo exige, formar pessoas com capacidade de participação. De fato, ou a convivência humana, com seus conflitos inevitáveis, funda-se na participação e no diálogo, ou funda-se na exclusão e na imposição arbitrária e unilateral.

Àqueles que optam por tal tipo de luta resta ainda a tarefa de criar instrumentos adequados à sua caminhada, de vez que a cultura dominante não oferece “currículos para a participação”; antes, ao contrário.

Nesse sentido, não existindo práticas já plenamente consagradas, cada um deve ter a coragem suficiente para iniciar o caminho, correndo os riscos daí advindos. A troca de experiências, todavia, entre os que caminhavam, será sempre bem vinda.

O que fazer?

Com este espírito de troca de experiências, algumas indicações podem ser feitas.

Uma primeira refere-se no fato de que o tema da participação estudantil aparece, geralmente, no âmbito escolar com o título “formação do cidadão”. Torna-se, então, útil perguntar: quem, ou o quê é o cidadão?

Essa pergunta tem sido respondida de diversas formas, entre as quais tem predominado duas, que podem ser fonte de equívocos, como já se discutiu anteriormente. São elas: *formar o cidadão é formar o indivíduo*. Isso quer significar, na maioria das vezes, formar o individualista, ou seja: “formar um “campeão de participação” que é, todavia, isolada, nada mais sendo do que uma busca de êxito na qual não se leva em conta as necessidades dos demais. *Formar o cidadão é formar a classe*. Infelizmente, entretanto, classe é, como demonstra a experiência cotidiana, entendida como um conceito dotado de poder mágico de transformação da realidade, não se atentando para as necessárias mediações que se dão no transcorrer da história. Passa-se a pensar, grosseiramente, que basta o “cidadão” saber-se pertencente aos explorados que essa “consciência adquirida” o impulsionará para a luta pela transformação.

O não perceber que a dinâmica social concreta, para o seu mover-se supõe a existência de sujeitos concretos dotados de poder político e que esses sujeitos não são os “grandes homens da história”, mas grupos humanos, compostos por pessoas que se

reconhecem numa mesma identidade cultural, com um sentido de nós, comprometidos eticamente uns com os outros, tem levado a ação educativa a não ser tão eficaz como poderia ser.

Formar esse Sujeito Cultural, esse Nós Ético, exige por parte dos trabalhadores em educação algumas condições pessoais iniciais, sem as quais a tarefa pode tornar-se desnecessariamente dolorosa, custosa, e até mesmo ineficaz.

Entre outras, as seguintes condições podem ser apontadas:

- a) Aceitar o diferente (essa é a base inicial como postura);
- b) Não ver no outro um inimigo (e, assim, não ter medo e, em consequência, não ter necessidade de ser “agressivo”);
- c) Perceber-se principalmente como educador (e não o responsável pelo status quo, de modo que uma alteração neste não implica em questionamento da própria pessoa, mas sim da situação; estar atento à criança e ao jovem que quer participar e não às formalidades legais);
- d) Aceitar o debate, o diálogo, o conflito (ter como critério que julga a validade das decisões o benefício social, que não suprime o benefício pessoal justo);
- e) Recuperar o sentido preciso de “política” entendendo-a como uma dimensão conatural à vida humana e instrumento de busca de entendimento para o coexistir, superando a caracterização de política como algo sujo e corrupto (lembrar que se é assim atualmente, essa não é a única possibilidade);
- f) Lembrar que, por tratar-se de uma situação educativa, os exemplos extraídos da própria vida documentam e testemunham melhor que os discursos a adesão efetiva da pessoa, tendo maior efeito nos educandos;
- g) Finalmente, torna-se útil reiterar que, num país com tão poucas tradições de efetiva participação popular, os modelos não são facilmente encontráveis. Trata-se, portanto, de ir fazendo o caminho ao caminhar...

Referências

SILVA, Jair Militão. **Autonomia da Escola Pública**. 9ª. ed. Campinas: Papirus, 2006.

_____. Emergência Educativa. **International Studies on Law and Education**. São Paulo: CEMOrOc-Feusp/ IJI – Universidade do Porto; n° 6, jul-dez. 2010, pp. 23-28.

_____. Sentido da vida em perspectiva interdisciplinar: uma pedagogia para a descoberta do sentido da vida. **Revista Internacional d’Humanitats**. São Paulo: CEMOrOc-Feusp/ Universidade Autônoma de Barcelona; n° 21, jan-jun., 2011, pp. 35-40.

_____. A Universidade no Brasil, hoje – considerações sobre elitismo, democratização, ensino, pesquisa e gestão organizacional, à luz da experiência cristã. **Revista Internacional d'Humanitats**. São Paulo: CEMOrOc-Feusp/ Universidade Autônoma de Barcelona; n° 16, mai-ago., 2009, pp. 39-44.

_____. Perguntar-se sobre o sentido da vida: sim ou não? **Notandum**. São Paulo: CEMOrOc-Feusp/ IJI – Universidade do Porto; n° 25, jan-abr. 2011, pp. 45-50.

Recebido para publicação em 10-03-12; aceito em 10-04-12